

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N° , DE 2017

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Requer a realização de REUNIÃO Audiência Pública afim de discutir os incentivos à geração de energias renováveis.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública, a fim de discutir os incentivos a geração de energias renováveis.

Na oportunidade, sugerimos que sejam convidados os seguintes palestrantes:

- Aladim Cerqueira, SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo;
- Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Fernando Coelho Filho, Ministro do Ministério Minas e Energia;
- Oldrich Joel Romero, Coordenador do Grupo de Pesquisa em Produção e Processamento de Petróleo, Gás e Energias Renováveis – GPETRO, da Universidade Federal do Espírito Santo;
- Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Adilson Liebsch, Presidente da Empresa Brasileira de Energia Solar;

- Mauro Armelin, Superintendente de Conservação, WWF-Brasil;
- Rodrigo Sauaia, Diretor Executivo da Absolar;
- Sandro Okamoto– Diretor Executivo da Abeeólica.

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de energias alternativas tem sido amplamente buscada desde a década de 1970, quando as crises do petróleo levaram diversos países a procurar a segurança no fornecimento de energia e a redução da dependência da importação de combustíveis. Recentemente, as preocupações ambientais se tornaram o maior motor para a busca de alternativas mais limpas de produção de energia. Entre essas alternativas, a energia eólica, solar e biomassa são umas das que despertaram interesse nas últimas décadas.

A preocupação com as mudanças climáticas e os esforços para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir da assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997, levaram à busca por alternativas que pudessem suprir as necessidades econômicas e, ao mesmo tempo, gerar menos impactos ambientais. Entre as medidas, uma das mais populares foi o investimento crescente em fontes renováveis de energia. Segundo o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), essa fonte de energia oferece um grande potencial para a redução das emissões de GEE. Globalmente, apesar de distribuído de maneira não uniforme entre os países, o potencial técnico da implantação é grande. Considerando barreiras políticas, econômicas e tecnológicas, estima-se que ela poderia suprir até 20% da demanda mundial de energia elétrica até 2050 (IPCC, 2011).

Estrategicamente falando, o Brasil possui uma série de características naturais favoráveis, pois é um dos países mais ricos no mundo em incidência de raios, ventos, e maior produtor de biomassa. Temos ainda baixa variação média do sol ao longo do ano e terras disponíveis.

O país pode incentivar o aumento da participação das fontes eólica, biomassa, PCHs e solar fotovoltaica, que, se bem planejadas, provocam impactos ambientais muito menores em relação às grandes hidrelétricas, sem significar aumento de custos. Indo ao encontro das boas práticas já desenvolvidas em outros países como a Alemanha, a Espanha e o Japão.

A conclusão é clara: o potencial dessas fontes é imensa e pouco aproveitada. Havendo políticas públicas para o setor, o governo brasileiro tem como promover as ações para atender a uma significativa parte das demandas de eletricidade do país a partir de fontes limpas e de baixo impacto ambiental.

Assim, é importante que o Congresso Nacional esteja empenhado na elaboração de soluções para criar mecanismos que viabilizem a expansão dessas energias renováveis.

Nesse sentido, solicitamos aos nobres pares, o aceite para realização dessa audiência pública para entendermos melhor esta questão e propomos políticas públicas para melhorar o fornecimento dessas energias renováveis.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Deputado **SÉRGIO VIDIGAL**
(PDT/ES)